

Síntese do relatório MERI – Portugal

O projecto MERI, projecto transnacional envolvendo 12 países - Alemanha, Áustria, Bélgica, Dinamarca, Espanha, Finlândia, França, Grécia, Itália, Portugal, Reino Unido e Suécia – constitui-se na sequência de trabalho e reflexão já desenvolvidos na Alemanha, França e Áustria, no âmbito do qual a problemática das mulheres idosas emergiu como área negligenciada tanto ao nível da investigação como das políticas de velhice e envelhecimento.

Situação tanto mais paradoxal quanto, o diferencial fortemente positivo em termos de esperança de vida das mulheres, faz com que estas sejam o grupo maioritário, em especial nas idades mais avançadas.

Sendo evidente que os défices de conhecimento condicionam negativamente a implementação das políticas, e por conseguinte a capacidade de intervenção, aos diferentes níveis, os objectivos e a metodologia definidos para este projecto, orientaram-se em função de:

- Aumentar o conhecimento sobre o envelhecimento diferencial por género, focalizado na problemática das mulheres, e nas suas interdependências com as condições de vida;
- Promover uma base empírica de sustentação do trabalho quer ao nível das associações nacionais e europeias, com enfoque nas mulheres idosas, quer dos governos no âmbito das políticas sociais, quer ainda dos trabalhos de investigação sobre as condições de vida das mulheres idosas.
- Promover a difusão do conhecimento, ao público em geral, sobre a situação das mulheres idosas.

O trabalho de pesquisa desenvolvido no âmbito deste projecto, tem como primeira conclusão o facto da problemática do envelhecimento por género estar praticamente ausente da agenda da investigação, bem como das instituições e organizações que se inserem no espectro dos processos de decisão, designadamente da decisão política.

De facto, é de salientar que, na primeira fase do projecto, das 11 Associações sindicais e partidárias contactadas não se obteve qualquer resposta, podendo ser interpretado como não sendo considerado o envelhecimento feminino uma prioridade política das organizações representativas dos processos decisórios.

Por outro lado, os resultados obtidos das instituições respondentes, maioritariamente organizações de âmbito social, em que o grupo alvo é sobretudo composto por mulheres com idade superior a 65 anos, põem em evidência as lacunas e as necessidades de conhecimento neste domínio. Como áreas úteis para a consecução do seu trabalho no futuro referem as questões ligadas à saúde, à educação ao longo da vida, ao voluntariado, ao trabalho e à preparação para a reforma, às condições de vida/ pobreza e, finalmente, as questões relativas à discriminação face à idade e a uma maior participação na tomada de decisão. Ou seja, trata-se de áreas fundamentais para um quadro de referência que sustente a intervenção perspectivada num contexto de alongamento da vida adulta. O que, aliás, é confirmado pela explicitação do interesse no desenvolvimento de estudos e de novas políticas e projectos de intervenção social.

A escassez de estudos, trabalhos de investigação, neste domínio, no caso português, confirmada pela pesquisa bibliográfica, contribui certamente para as lacunas referenciadas pelos interventores. Facto que estará associado ao défice de estudos sobre o envelhecimento em geral, ainda que, na última década, se verifique um maior interesse por esta temática em algumas áreas do conhecimento.

A pesquisa da informação estatística, para a análise das condições de vida das mulheres idosas, deu conta das principais lacunas na situação portuguesa. É possível afirmar que, exceptuando os dados demográficos, a informação estatística disponível publicada apresenta muitas insuficiências, não possibilitando “retratar”, com a profundidade necessária, a situação das mulheres idosas. O que poderá ser interpretado como resultante de uma espiral não virtuosa entre défice de investigação e défice de informação estatística.

Mais especificamente foi relevante constatar a ausência de informação relativamente a algumas temáticas – Sexualidade, Intergeracionalidade a nível macro, Aspectos psicossociológicos, Agismo e formas de discriminação, Violência a nível das instituições, Representatividade e formas de participação nas decisões. A estas “ausências” acrescem os défices de informação estatística publicada, desagregada por grupos de idade e género, integrando a

necessidade de saber como se envelhece em Portugal e como se exprime e vive o envelhecimento por género.

Simultaneamente, a análise dos dados disponíveis revela uma forte diferenciação negativa da situação material das mulheres das actuais gerações mais idosas, designadamente em termos de rendimentos e habitação, a par de um maior desfavorecimento face à mobilidade, da sobrerrepresentação nas situações de incapacidade e de uma maior utilização dos serviços de saúde, com uma autoapreciação da situação de saúde fortemente negativa. A uma maior esperança de vida associa-se uma menor esperança de vida sem incapacidades. Problemas associados ao percurso de vida, às baixas taxas de escolarização e qualificação profissional, ao menor acesso a trabalho qualificado e igualmente remunerado, factores determinantes dos níveis de protecção social, de rendimentos e da situação material, em geral. As pessoas com 65 e mais anos são um grande grupo de risco face à pobreza, estando as mulheres sobrerrepresentadas tanto na pobreza segundo o rendimento como na pobreza múltipla. No entanto, importa salientar que a análise do grupo 50-64 evidencia algumas melhorias em termos de escolarização, qualificação e acesso aos regimes de protecção social mais favoráveis. Persiste, no entanto, o facto do desemprego ter uma maior incidência nas mulheres, estas auferirem mais baixos rendimentos de trabalho e serem maioritárias nas profissões menos qualificadas. O que não será alheio à saída mais precoce, do que o observado nos homens, do mercado de trabalho, devida também a uma maior precaridade da situação de saúde, às próprias condições laborais e às obrigações familiares.

As obrigações familiares remete-nos inevitavelmente para o papel das *redes familiares*, no qual se conclui que são os elementos femininos (filhas e os cônjuges) as peças fundamentais na prestação de cuidados instrumentais e de acompanhamento aos mais idosos, bem como no cuidado às crianças e a outras pessoas com necessidades especiais. Neste contexto, relevante é ainda o facto das mulheres idosas estarem mais expostas aos riscos de solidão, decorrente da rarefacção das relações sociais e familiares, associada à sua maior esperança de vida. Por outro lado, se as redes sociais e familiares são fontes de suporte, elas também podem ser por si geradoras de violência. Embora os dados da APAV, última década, não sejam indiciadores de forte

incidência das situações de *violência e abuso nas mulheres idosas* (quando comparadas com as mulheres de idades mais jovens), existem, no entanto, factores específicos de risco entre as mulheres idosas.

Nas próximas gerações de mulheres mais idosas poderão esperar-se algumas melhorias positivas nas respectivas condições de vida, embora, a manter-se a tendência para a discriminação observada, se venha a manter também uma diferenciação negativa face às futuras gerações de homens mais velhos. A análise mais rigorosa destes processos e a sua monitorização exigem mais estudos, mais informação estatística, mais investimento no conhecimento.

Os recentes trabalhos do INE, apontam num sentido de mudança, muito positiva, especialmente evidente a partir do Ano Internacional das Pessoas Idosas. No entanto, falta ainda um plano estatístico que integre de forma coerente a problemática do envelhecimento, a partir do conhecimento disponível sobre os factores mais determinantes da qualidade do envelhecimento e do seu impacto no envelhecimento por género. O que remete para a necessidade de investimento na investigação, incentivadora da priorização desta área na agenda dos centros de investigação, e do desenvolvimento de um ambiente de interdisciplinaridade essencial à construção de conhecimento. Da interligação entre este investimento e a produção estatística dependerá, em muito, a consistência e a economia dos processos conducentes à construção de uma base de sustentação da decisão política e da intervenção, numa lógica de conhecer melhor para agir melhor.